

**PRODEAGRO - Programa para o desenvolvimento da agropecuária**  
CNPJ: 05.071.320/0001-56

**SENHORES ASSOCIADOS**

Cumprindo disposições legais e estatutárias, vimos submeter a apreciação dos Senhores Associados, o Balanço Patrimonial e demais demonstrações Financeiras relativas aos exercícios sociais encerrado em 31 de dezembro de 2016 e 2017.

ATIVO	2016	2017	PASSIVO	2016	2017
<b>Circulante</b>	<b>18.993.190</b>	<b>23.847.061</b>	<b>Circulante</b>	<b>12.250</b>	<b>4.546</b>
Caixa e equivalentes de caixa	15.092.856	21.268.315	Fornecedores	4.466	2.300
Repasse de recursos	3.900.262	2.578.155	Obrigações trabalhistas e fiscais	7.784	2.246
Outros créditos	72	592	<b>Não circulante</b>	<b>299.670</b>	<b>459.004</b>
-	-	-	Obrigações trabalhistas e fiscais	299.670	459.004
-	-	-	-	-	-
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>79.090</b>	<b>94.111</b>	<b>Patrimônio Social</b>	<b>18.760.360</b>	<b>23.477.622</b>
Imobilizado	79.090	94.111	Fundo Social	12.158.186	18.760.359
			Superávit (deficit) do Exercício	6.602.174	4.717.263
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>19.072.280</b>	<b>23.941.172</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>19.072.280</b>	<b>23.941.172</b>

  

DEMONSTRAÇÕES DOS SUPERÁVITS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2017			DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2017			
	2016	2017	EVENTOS	FUNDO PATRIMONIAL	SUPERAVIT DO EXER.	TOTAL
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>17.980.980</b>	<b>13.998.316</b>	<b>Saldos em 31.12.2015</b>	<b>711.739</b>	<b>11.446.447</b>	<b>12.158.186</b>
Receitas de contribuição de conveniados	17.980.980	13.998.316	Transferência para o fundo social	11.446.447	-11.446.447	0
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>17.980.980</b>	<b>13.998.316</b>	Superávit do Exercício	0	6.602.174	6.602.174
(-) Custos com Projetos de pesquisa e outros	-9.730.900	-8.785.572	<b>Saldos em 31.12.2016</b>	<b>12.158.186</b>	<b>6.602.174</b>	<b>18.760.360</b>
<b>Superávit/Déficit Bruto</b>	<b>8.250.080</b>	<b>5.212.744</b>	Transferência para o fundo social	6.602.174	-6.602.174	0
<b>Receitas(Despesas) das atividades</b>	<b>-1.596.905</b>	<b>-482.567</b>	Superávit do Exercício	0	4.717.263	4.717.263
Administrativas	-1.102.253	-94.138	<b>Saldos em 31.12.2017</b>	<b>18.760.360</b>	<b>4.717.263</b>	<b>23.477.623</b>
Outras Receitas e despesas	-494.652	-388.429	<b>DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA P/OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31.12.2016 E 2017</b>			
-	0	0	<b>Atividades Operacionais</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	
-	0	0	<b>SUPERÁVIT (DÉFICIT) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>6.602.174</b>	<b>4.717.263</b>	
-	0	0	Conciliação do lucro ao caixa operacional:			
<b>Superávit/Déficit antes do Resultado financeiro</b>	<b>6.653.175</b>	<b>4.730.177</b>	Depreciação e amortização	1.376	8.404	
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>-51.001</b>	<b>-12.913</b>	Impostos e juros provisionados	227.052	388.429	
Receitas financeiras	0	0	Valor residual do imobilizado	0	31.921	
Despesas financeiras	-51.001	-12.913		<b>6.830.602</b>	<b>5.146.017</b>	
<b>Superávit/Déficit do Exercício</b>	<b>6.602.174</b>	<b>4.717.263</b>	<b>(Aumento) redução nos ativos operacionais:</b>			
			Repasse de Recurso	-3.538.665	1.322.107	
			<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais:</b>			
			Fornecedores	-214.891	-2.167	
			Outros créditos	-72	-520	
			Obrigações trabalhistas e fiscais	-6.707	-234.634	
			Outras Obrigações	0	0	
				<b>-221.670</b>	<b>-237.321</b>	
			<b>Fluxo de Caixa das Atividades operacionais</b>	<b>3.070.267</b>	<b>6.230.803</b>	
			<b>Atividades de Investimento</b>			
			Aquisição de Imobilizado	-80.466	-55.347	
			<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento</b>	<b>-80.466</b>	<b>-55.347</b>	
			<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:</b>			
			<b>No início do período</b>	<b>12.103.055</b>	<b>15.092.856</b>	
			<b>No fim do período</b>	<b>15.092.856</b>	<b>21.268.315</b>	
			<b>AUMENTO(REDUÇÃO)LÍQUIDA DECAIXA E</b>	<b>2.989.801</b>	<b>6.175.459</b>	

**NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017.**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL:** Programa para o Desenvolvimento da Agropecuária – Prodeagro “Entidade” é uma Entidade Civil autorizada pelo Decreto Estadual nº 14.500/2013, com fundo privado, personalidade jurídica própria, sem fins lucrativos, com duração por tempo indeterminado, cujo Conselho Gestor será constituído por representantes de Entidades privadas e públicas, todas ligadas ao setor produtivo agrícola. O Prodeagro tem por objetivo gerir os recursos depositados pelas empresas industriais, nos termos do Decreto Estadual nº 14.500/2013, sendo destinados para: (i) infraestrutura logística, para fins de escoamento da produção rural; (ii) modernização tecnológica, que vise ampliar a produtividade e a competitividade da produção rural no Estado da Bahia e; (iii) programas, projetos ou ações que visem o desenvolvimento socioeconômico e ambiental. De acordo com o Decreto Estadual no 14.500 de 28 de maio de 2013, é concedido crédito fiscal nas aquisições internas junto a produtor rural não constituído como pessoa jurídica, credenciado pela Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Agricultura – SEAGRI, dos produtos agrícolas a seguir indicados, quando adquiridos com diferimento do ICMS e destinados à industrialização, corresponde ao valor resultante da aplicação sobre o valor de pauta fiscal dos seguintes percentuais: (i) soja: 2,04%; (ii) milho: 1,6% e; (iii) café 0,77%. Esta é a fonte exclusiva de receita da Entidade, podendo, eventualmente, auferir outras receitas, a exemplo de contribuições e receitas financeiras de aplicações. Conforme Estatuto, a Administração do Prodeagro será exercida por um colegiado, denominado Conselho Gestor, composto por representantes da Associação de Agricultores e Irrigantes do Oeste da Bahia (“AIBA”), da Associação Baiana dos Produtores de Algodão (“ABAPA”), da Fundação de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento do Oeste Baiano (“FUNDAÇÃO BA”), da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia (“SEAGRI”) e da Secretaria de Infraestrutura (“SEINFRA”). As Entidades componentes do colegiado, responsáveis pela Administração do Prodeagro, deverão indicar um titular e um suplente para a composição do Conselho Gestor. Os membros indicados pelas Entidades que compõem o Conselho Gestor terão mandato de dois anos e poderão ser substituídos sempre que a Entidade que representam assim decidir, desde que a comunicação da substituição seja feita ao Conselho Gestor antes da publicação do Edital de Convocação da reunião do Conselho Gestor. Dentre os membros titulares do Conselho Gestor são eleitos 03 membros para formar a Diretoria Executiva do Prodeagro, os quais ocupam os cargos de Presidente do Conselho Gestor, Secretário e Tesoureiro. Estes membros eleitos são responsáveis pela administração do Prodeagro e não auferem remuneração pelo exercício dos cargos ocupados. Nos termos do Decreto nº 14.500, de 28 de maio de 2013, os incentivos fiscais entram em vigor em 01 de junho de 2013, não havendo prazo definido para seu encerramento.

**2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: 2.1 Declaração de conformidade** – As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial ITG 2002 para Entidades Sem Fins Lucrativos. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, somente para companhias abertas. Como consequência, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Entidade em 25 de maio de 2018.

**2.2 Base de mensuração** – As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros, quando aplicável, foram mensurados ao valor justo.

**2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação** – Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Entidade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Entidade atua, o Real, que é sua moeda funcional. Todas as informações contábeis apresentadas em Real, sem consideração dos centavos.

**2.4 Estimativas e premissas contábeis** – A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis referem-se aos

requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis referem-se aos custos dos projetos – nota explicativa 10 e despesas tributárias – nota explicativa 11.

**3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

**3.1 Conversão de moeda estrangeira** – As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, quando aplicável, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados e os efeitos atribuídos na demonstração do resultado como receitas e despesas financeiras.

**3.2 Instrumentos financeiros:**

**3.2.1 Ativos financeiros não derivativos** – A Entidade classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a seguinte categoria: disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

**(a) Ativos financeiros disponíveis para venda** – São ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como (i) empréstimos e recebíveis, (ii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iii) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Os ativos que possuem esta classificação são Repasses de recursos.

**3.2.2 Caixa e equivalentes de caixa** – Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses ou com possibilidade de resgate imediato, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas, se utilizadas, são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e Financiamentos", no passivo circulante.

**3.2.3 Passivos financeiros não derivativos** – A Entidade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento, sendo realizada a baixa de um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

**3.2.4 Impairment sobre ativos financeiros e ativos não financeiros** – Não há evidências de valor recuperável inferior ao registrado contabilmente para os principais ativos financeiros (Repasses de recursos).

**3.3 Repasses de recursos** – Referem-se aos repasses para as Entidades que executam os projetos de pesquisa e destinam-se à realização de despesas em nome das Entidades executoras das referidas pesquisas, formalizados exclusivamente por meio de convênios. São inicialmente registrados neste grupo e são transferidos para o resultado, a título de custos com projetos, no momento das respectivas prestações de contas.

**3.4 Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração** – Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. Eventualmente, em situação de alienação, o custo original de aquisição e depreciação acumulada são atribuídos ao resultado, bem como as receitas de alienação oriundas da operação; **(ii) Depreciação** – Itens do ativo imobilizado são depreciados tomando como base os critérios fiscais de depreciação, por taxas lineares, consideradas como apropriadas pela Administração da Entidade. As vidas úteis estimadas para ambos exercícios são de: 10 anos para móveis e utensílios, máquinas e equipamentos; 5 anos para equipamentos de informática e; para veículos foi avaliada a vida útil dos bens, sendo que o prazo mínimo de utilização é de 5 anos.

**3.5 Fornecedores** – As contas a pagar aos fornecedores são obrigações decorrentes das atividades habituais da Entidade, cujo pagamento é devido no período de até um ano, portanto, apresentadas em circulante. Estas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

**3.6 Obrigações trabalhistas e fiscais** – As obrigações são reconhecidas em regime de competência, classificadas em circulante devido ao curto prazo de exigibilidade, em conformidade com a legislação vigente, apresentados pelo valor justo. Os saldos mantidos em não circulante tem origem em provisões contábeis, ainda sem previsão efetiva de recolhimento.

**3.7 Fundo social** – Composto pelo superávit acumulado em período anterior, apresentados em seu valor histórico. Não houve dotação inicial para a execução das atividades da Entidade.

**3.8 Reconhecimento das receitas de contribuições e custos dos projetos** – **(a)** A Entidade tem como principal fonte de receita as contribuições equivalentes ao crédito fiscal de ICMS, conforme regulado pelo Decreto Estadual nº 14.500/2013, cujos valores são creditados ao programa mensalmente, quando do recolhimento dos impostos por empresas industriais. Não é de responsabilidade do Prodeagro a função de controle e cobrança dos valores a serem recolhidos pelo conveniado sem nome do Programa. Desta forma, as contribuições das empresas industriais (fonte exclusiva de receita) somente são conhecidas e registradas pela Entidade à medida que ocorre a identificação de tais créditos em sua conta bancária, contudo, os recolhimentos são efetuados mensalmente, portanto, em regime de competência; **(b)** Os custos com projetos são apropriados em função das prestações de contas realizadas pelas Entidades executoras dos projetos, pelo regime de competência; **(c)** As receitas financeiras são reconhecidas como fontes de recurso, por competência quando se tratam de recursos próprios e também por regime de caixa quando os recursos são de projetos, de acordo com ITG 2002.

**3.9 Despesas administrativas e tributárias** – Representam os gastos relacionados às atividades administrativas da Entidade, reconhecidos em regime de competência, inclusive despesas de ordem tributária, sendo provisões de impostos sobre rendimentos financeiros.

**3.10 Despesas financeiras** – As despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros. Tem origem principalmente na atualização da Cofins e CSLL.

**3.11 Subvenções governamentais e apuração dos impostos** – Dada a sua característica de atuação, sendo uma Entidade sem fins lucrativos, portanto, isenta de tributação, considerando as receitas auferidas do incentivo fiscal de ICMS. Em relação as receitas financeiras, foram imputados IRRF, CSLL e Cofins.

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:** Os saldos ficaram da seguinte forma: **Caixa:** Em 2016: R\$ 0 e Em 2017 R\$ 1.138. **Bancos:** Em 2016: R\$ 0 e Em 2017: R\$ 2.009.073. **Aplicações financeiras:** Em 2016: R\$ 15.092.374 e Em 2017: R\$ 19.258.104. As aplicações financeiras são remuneradas com base no CDI, sem restrições de resgate e mantidas junto ao Banco do Nordeste. O saldo será utilizado mediante execução dos convênios firmados pela Entidade.

**5. REPASSE DE RECURSOS:** Os saldos ficaram da seguinte forma: **Aiba:** Em 2016: R\$ 3.729.564 em 2017: R\$ 2.578.155; **Fundação Bahia:** Em 2016: R\$ 170.698 e em 2017: R\$ 0. **6. IMOBILIZADO:** O saldo residual dos bens (Custo de aquisição menos Depreciação acumulada) ficaram em 2016: R\$ 79.090 e em 2017 R\$ 94.111. **7. FORNECEDORES:** Em 2016, havia um saldo de R\$ 4.467 liquidado durante o exercício, encerrando 2017 com um saldo de R\$ 2.300, junto ao fornecedor Saulo André de Oliveira e Cia Ltda. **8. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E FISCAIS:** Os saldos das obrigações com o fisco e pessoal compreendem em 2016 R\$ 307.454 em 2017: R\$ 461.250. O detalhamento destas obrigações é dado no quadro abaixo, compostas principalmente por: (i) **Pis** é recolhido sobre as despesas com folha de pagamento, portanto, tal fato pressupõe a isenção sobre receitas financeiras, conforme análise da Administração; (ii) **Cofins** foi apurada sobre os rendimentos financeiros auferidos de aplicações financeiras, a partir de 01 de julho de 2015, à alíquota de 4%, tendo com base nos Decretos 8.426 e 8.451, ambos de 2015, saldos devidamente atualizados e; (iii) **Contribuição Social** foi também mensurada sobre os rendimentos financeiros auferidos sobre aplicações financeiras, à alíquota de 9%, desde o exercício base 2015, saldos devidamente atualizados. Sobre estes dois últimos tributos apurados, apresentados a valores atualizados, a Entidade ainda definirá, com base em opinião de assessores jurídicos, sobre o seu efetivo recolhimento.

**9. RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES E CUSTOS DOS PROJETOS:** Os custos dos projetos compreendem exclusivamente valores aplicados nos mesmos, ao longo do exercício corrente. As respectivas receitas em 2016 foram de R\$ 17.980.980 e em 2017 de R\$ 13.998.316. E os custos com projetos foram em 2016 de R\$ 9.730.900 e em 2017 de R\$ 8.785.572.

**10. FUNDO SOCIAL:** O Patrimônio da Entidade se constitui do superávit acumulado pela remuneração oriunda do incentivo fiscal de ICMS, deduzidas as aplicações em projetos devidamente aprovados e demais despesas administrativas, além de rendimentos auferidos sobre aplicações financeiras. Entidade não distribui eventuais resultados, dividendos, bonificações ou quaisquer outras vantagens, sob nenhuma forma ou pretexto, a seus instituidores, mantenedores, dirigentes e conselheiros, e aplica integralmente as suas rendas e eventuais resultados operacionais no cumprimento do seu objeto estatutário.

**11. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E TRIBUTÁRIAS:** O total de despesas administrativas e tributárias ficaram: Em 2016 R\$ 1.596.905 e em 2017 R\$ 482.567. Estes gastos, reconhecidos e apropriados em regime de competência, são compostos por serviços relacionados ao objeto fim da Entidade. As despesas tributárias, basicamente, foram apuradas sobre os rendimentos financeiros auferidos no exercício. O IRRF sobre rendimentos de aplicações tem origem nos saldos efetivamente retidos, portanto, sobre os resgates realizados no período. Os demais impostos estão detalhados na nota explicativa 8.

**12. DESPESAS FIANCEIRAS:** As despesas financeiras, R\$ 12.913 em 2017 e R\$ 51.001 em 2016, tem origem principalmente nos juros computados sobre os tributos CSLL e Cofins, apurados conforme legislação vigente.

**13. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS:** A Entidade avalia que os riscos relacionados à sua atividade são mínimos, não demandando estruturas de proteção ou mitigação de eventuais exposições financeiras ou de operações. Evidentemente que, por se tratar de um programa de incentivo custeado por tributos estaduais, a existência da sua fonte de recursos decorre das políticas governamentais em curso, os que não dá autonomia de planejamento e controle sobre sua existência. **Risco de contingências** – A opinião dos assessores jurídicos da Entidade acerca dos processos fiscais, trabalhistas e cíveis não ensejou a necessidade de constituição de provisão para contingências na data base destas demonstrações contábeis, haja vista que não haviam processos em trâmite. No que se refere às questões tributárias, conforme detalhado na nota explicativa 8, foram realizadas as provisões definidas pela Administração da Entidade, sendo, portanto, uma postura mais conservadora até o momento de uma definição mais amparada legalmente.

Barreiras – BA, 25 de Maio de 2018.

Júlio César Busato  
Diretor Presidente

Cristiano Kuhn  
CRC-BA 024094/O - Contador

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos.Srs.do

### PROGRAMA PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA – PRODEAGRO

Barreiras (BA)

**Opinião** - Examinamos as demonstrações contábeis do Programa para o Desenvolvimento da Agropecuária – Prodeagro, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Programa para o Desenvolvimento da Agropecuária – Prodeagro em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos - Continuidade operacional** - Nos termos do Decreto nº 14.500, de 28 de maio de 2013, os incentivos fiscais que fomentam o Programa entraram em vigor em 01 de junho de 2013, não havendo prazo definido para seu encerramento. A continuidade operacional da Entidade e do Programa é diretamente ligada à manutenção da vigência da legislação citada, em virtude da fonte exclusiva de receitas de contribuições ser originada da mesma. Estas demonstrações contábeis foram elaboradas com o pressuposto de continuidade operacional de suas atividades, como é normal nestas circunstâncias. **Demonstração do valor adicionado** – A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Entidade e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das suas demonstrações contábeis. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demais demonstrações e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para

permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das